



POLÍTICAS EDUCACIONAIS COM EQUIDADE

Reflexões e recomendações para a construção de políticas educacionais voltadas à promoção do pleno desenvolvimento de cada pessoa, para que toda a sociedade brasileira tenha a oportunidade de prosperar

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), a equidade na educação pressupõe a preocupação com a justiça ou com processos justos de forma que a educação de todas(os) as(os) estudantes seja considerada como de igual importância.

Para isso, é preciso dar atenção e delinear estratégias que contemplem as necessidades específicas de cada grupo ou indivíduo a partir de uma abordagem sistêmica, envolvendo uma ação intersetorial.

Na educação, a garantia da justiça social exige ações que removam os obstáculos para que cada estudante atinja seu pleno potencial. Nesse caso, a inclusão se verifica quando os indivíduos adquirem as competências essenciais para o seu desenvolvimento integral.

No campo das políticas públicas, a garantia da equidade deve ser observada ao nível dos insumos, processos e resultados. É preciso que cada estudante, considerando sua origem social, o contexto em que está inserida(o) e suas características pessoais, conte com as condições necessárias para usufruir completamente do direito constitucional à educação de qualidade.



SUMÁRIO

- > Aprendizagem com equidade para todo mundo voar mais alto
- > Somos todos responsáveis: o devido e necessário apoio
- > 5 passos para elaborar políticas educacionais com equidade

Passo 1
Identificação do problema

Passo 2
Formulação da política

Passo 3
Implementação

Passo 4
Avaliação

Passo 5
Tomada de decisão

- > As muitas faces da equidade na política educacional



APRENDIZAGEM COM EQUIDADE

PARA TODO MUNDO VOAR MAIS ALTO



DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Condições necessárias

- Direito de acesso à escola
- Direito à permanência na escola em ambiente pacífico, seguro, livre de discriminação e acolhedor; clima escolar positivo
- Direito à aprendizagem
- Direito ao desenvolvimento integral
- Direito à convivência
- Direito a uma jornada escolar regular, com progressão e conclusão na idade adequada
- Direito à liberdade de pensamento, opinião e crença e à participação nas instâncias de decisão da escola; gestão democrática da escola

Conteúdo elaborado com base em normativas educacionais e entrevistas com especialistas.

Principais obstáculos

- Indisponibilidade de políticas, equipamentos e serviços públicos de qualidade, especialmente em territórios de maior precariedade, nas zonas urbanas e nas zonas rurais
- Pobreza e vulnerabilidade social
- Problemas de saúde e de desenvolvimento físico e cognitivo
- Violência física e psicológica
- Violência urbana
- Racismo e preconceito dentro e fora da escola
- *Bullying*, intimidação, desrespeito e outras formas de opressão
- Outros tipos de violação de direitos, como o direito à cultura
- Práticas pedagógicas que não são capazes de engajar as(os) estudantes
- Currículos descontextualizados e sequências didáticas desinteressantes e alheias ao saber e à cultura das(os) estudantes





SOMOS TODOS RESPONSÁVEIS

O DEVIDO E NECESSÁRIO APOIO



A questão da equidade deve ser observada em qualquer política educacional, seja ela de busca ativa, recomposição de aprendizagens, formação de professoras(es), avaliação, melhoria de ambiente escolar, entre muitas outras.

Promover a equidade significa tratar as diferentes pessoas a partir de suas especificidades, oferecendo mais a quem mais precisa – ou seja, priorizando a atenção às populações que enfrentam maiores obstáculos, com o propósito de lhes garantir condições e oportunidades de fruição de direitos no mesmo patamar das demais.

No Brasil, estudos que avaliam a aprendizagem das(os) estudantes da educação básica têm detectado, de modo consistente, lacunas no desenvolvimento educacional de determinados grupos populacionais. A situação pode ser ainda mais grave quando alguns fatores se combinam. Essas mesmas disparidades são verificadas em relação ao acesso, nível de escolaridade alcançado e à regularidade das suas trajetórias na educação básica.

OS 5 MARCADORES DE DESIGUALDADE EDUCACIONAL

Alguns marcadores são especialmente importantes quando se analisam as informações sobre desigualdade educacional no país:

1. COR OU RAÇA

2. GÊNERO

3. TERRITÓRIO

4. NÍVEL SOCIOECONÔMICO

5. DEFICIÊNCIA*

(*) Entendido na perspectiva da educação inclusiva.



Leia mais sobre nossa abordagem para a equidade na educação em <https://shorturl.at/ftuN9>

DESIGUALDADES NA PRÁTICA

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) indicam que 91,9% das(os) jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, que corresponde à etapa do ensino médio, estavam no sistema de ensino brasileiro em 2023 (taxa de escolarização). Contudo, o percentual de estudantes que frequentam ou concluem a educação básica na idade recomendada era de apenas 75,0% (taxa ajustada líquida). As distorções neste indicador tornam-se evidentes quando ele é desagregado para diferentes marcadores sociais, como nos exemplos a seguir:

• Gênero**

Mulheres: **78,2%** | Homens: **71,9%**

• Cor ou raça

Branca: **80,5%** | Preta ou parda: **71,5%**

• Território

Sudeste: **81,0%** | Norte: **65,9%**

(**) Nota sobre o marcador de gênero: pesquisas oficiais, como o Censo Escolar, capturam a variável de sexo masculino ou feminino. As redes de ensino podem ampliar suas coletas de dados considerando a diversa complexidade deste marcador e sua relevância para a inclusão das(os) estudantes.





5 PASSOS PARA ELABORAR POLÍTICAS EDUCACIONAIS COM EQUIDADE

A garantia da equidade deve ser observada em três níveis:

INSUMOS

Condições institucionais, como infraestrutura, materiais e profissionais qualificados.

PROCESSOS

Estratégias, escolhas metodológicas e abordagens que consideram o contexto, características, necessidades e participação de diferentes beneficiárias(os).

RESULTADOS

Indicadores do efetivo alcance dos objetivos da política pública para cada grupo de usuárias(os).

Esforços adicionais para eliminar as barreiras que impedem muitas(os) estudantes de se desenvolver plenamente



Acesso

Permanência

Aprendizado com desenvolvimento integral

EQUIDADE NA EDUCAÇÃO





Passo 1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

- Realizar diagnóstico sobre os **desafios educacionais** presentes, à luz de evidências sobre marcadores de desigualdade; escutar a comunidade escolar, em especial os grupos mais vulnerabilizados, buscando clareza sobre o problema em questão e suas raízes.
- Estudar o histórico do problema – como evoluiu e gerou desigualdades ao longo do tempo, fatores que o agravaram e o que já se tentou fazer para resolvê-lo.
- Mapear as partes envolvidas, analisando os perfis mais e menos atuantes e como cada uma delas pode colaborar com a formulação e implementação da política.
- Identificar políticas afins em outras esferas de governo para possíveis referências e articulações, evocando o papel de coordenação da União via Ministério da Educação (MEC).
- Pactuar o compromisso das lideranças políticas do território com a promoção da educação de qualidade com equidade, colocando-a no centro do debate público.
- Registrar esse compromisso em marcos legais, como portarias e resoluções.

A política deve prever condições para que a escola tenha um olhar individualizado sobre cada estudante, especialmente aquela(e) que enfrenta maiores obstáculos. Todo ser humano tem potencial de aprender e merece as mais elevadas expectativas. Ninguém pode ser deixado para trás.



REFERÊNCIAS

A criação dos territórios etnoeducacionais (TEEs), resultado dos diálogos com o movimento indígena para oferecer aos povos originários educação escolar indígena mais adequada: <https://shorturl.at/jlQRW>





Passo 2

FORMULAÇÃO DA POLÍTICA

- Convocar representantes das **diferentes partes** envolvidas para dialogar sobre a política a ser desenhada, aumentando suas chances de sucesso e legitimidade, e acolher com maturidade as diferentes visões.
- Reconhecer que a equidade na educação passa pelo combate estrito à discriminação e ao racismo e requer que toda a sociedade se mobilize e contribua para o direito à aprendizagem ser assegurado a todas as pessoas sem distinção.
- Construir consensos sobre a política educacional a ser desenhada contemplando a equidade; definir prioridades para que a formulação traga objetivos claros, estratégias baseadas em boas práticas, metas e prazos factíveis e um sistema de monitoramento e avaliação que acompanhe e oriente a implementação.
- Garantir a alocação equânime de recursos, de forma a assegurar mais investimentos às escolas e grupos de estudantes que precisam de apoio extra para fazer valer o direito à aprendizagem.
- Detalhar a responsabilidade das partes envolvidas na implementação da nova política. Boas práticas demonstram que a equidade na educação depende muito do compromisso das lideranças educacionais com esta causa.

Seja na educação no campo ou na cidade, é imprescindível ouvir: estudantes e suas famílias, sobretudo as(os) mais impactadas(os) pela desigualdade e a exclusão; profissionais da escola e da Secretaria de Educação, que serão responsáveis por implementar a política; conselhos de educação; outras áreas governamentais afetadas ou capazes de ajudar a resolver o problema; e universidades, organizações da sociedade civil com conhecimento e outros potenciais parceiros capazes de contribuir com a questão.

ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO

Para induzir a equidade, deve-se prever um orçamento elaborado com base em estudos sobre custos relativos à qualidade da educação e em um bom planejamento de ações (pesquisas, formações, material didático, campanhas etc.).

Vale notar que promover a equidade na educação pressupõe uma inversão da lógica padrão de recompensas. Em vez de dar mais recursos às escolas com melhor desempenho, são as de pior desempenho que necessitam de mais investimento. Estratégias de transferência de renda para estudantes e suas famílias também precisam ser consideradas.

Quanto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), uma das novidades instituídas em sua última revisão foi a adição da equidade socioeconômica e racial como fator de ponderação para a distribuição de recursos complementares.

Para acessar o recurso, já se sabe que as redes públicas de ensino devem cumprir condicionalidades como seleção de diretores com base em critério técnico, 80% de participação de estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), currículo alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), lei do ICMS Educação aprovada no estado e melhoria dos indicadores de acesso à escola e de aprendizagem em língua portuguesa e matemática.





Passo 3 IMPLEMENTAÇÃO

- Executar o que foi planejado, respeitando as particularidades dos **contextos de implementação** e realizando as adaptações necessárias sem comprometer a qualidade da política formulada nem o alcance dos resultados esperados.
- Sensibilizar e engajar diretoras(es) escolares, coordenadoras(es) pedagógicas(os) e professoras(es) para se comprometerem com a implementação zelosa da política formulada para a redução das desigualdades. A ação não deve ser tomada como algo utópico ou imposição de terceiros, mas um projeto coletivo cujo sucesso demanda a participação de toda a comunidade escolar.
- Garantir que as pessoas envolvidas tenham capacidade e condições de executar as tarefas sob sua responsabilidade, assegurando a formação profissional e o apoio técnico e financeiro necessários à boa implementação da política.
- Monitorar as diferentes etapas da implementação, bem como os resultados educacionais e os marcadores de desigualdade impactados pelas estratégias adotadas.

É importante que as políticas educacionais forneçam diretrizes claras, mas que preservem algum grau de autonomia para que as redes e escolas realizem ajustes finos e oportunos a cada localidade.



REFERÊNCIAS

Bons exemplos de diagnósticos raciais e das ações desencadeadas por eles nos municípios de São Carlos (SP), Mata de São João (BA) e Goiânia (GO):
<https://shorturl.at/MZ149>

O INDIVIDUAL E O COLETIVO

Sistemas censitários de avaliação de estados e municípios produzem diagnósticos bastante precisos sobre a evolução dos resultados educacionais das redes sob a ótica dos marcadores de desigualdade. Além disso, eles permitem que as escolas façam o acompanhamento individualizado da trajetória de cada estudante.

Indicadores de acesso, permanência e aprendizagem são essenciais, pois traduzem, em certa medida, o direito à educação. No entanto, deve-se pensar em outros, associados aos marcadores, que deem conta de acompanhar as especificidades dos diferentes grupos sociais aos quais a política se destina.

Diferentes grupos têm diferentes pontos de partida e distintas expectativas de formação. Marcadores de desigualdades que ignoram a diversidade dos pontos de partida existentes podem ser uniformizadores e reforçar desigualdades.





Passo 4 AVALIAÇÃO

- Coletar, analisar e disseminar os resultados gerados pela política implementada, verificando se os objetivos traçados rumo à equidade estão sendo alcançados.
- Discutir os resultados com as partes envolvidas, inclusive com as(os) estudantes e suas famílias, em especial aquelas(es) em situação de vulnerabilidade, para verificar aspectos como nível de inclusão e/ou exclusão, responsividade das políticas às demandas dos públicos atendidos, pontos fortes e falhas a serem corrigidas.
- Incorporar a dimensão da equidade nos critérios de avaliação, reconhecimento e valorização de redes e escolas, assim como dos profissionais da educação responsáveis pela implementação da política.



REFERÊNCIAS

A longa experiência do Ceará na avaliação da educação básica: <https://shorturl.at/pyEGS>

DE OLHO NAS BASES DE DADOS

As redes de ensino precisam aferir os resultados educacionais das(os) estudantes segundo os marcadores de cor ou raça, gênero, território, nível socioeconômico e deficiência, inclusive demonstrando os intercruzamentos entre eles. Os objetivos são informar o debate, orientar as políticas e acompanhar a situação.

Recomenda-se que as escolas e as redes de ensino melhorem a coleta de dados do Censo Escolar e de outros diagnósticos, aprimorando sobretudo o registro de cor ou raça das(os) estudantes e os dados administrativos da escola.

A qualidade das informações oficiais sobre as modalidades de ensino – tais como a educação especial e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) – também é considerada crítica para orientar a formulação de políticas e precisa ser melhorada.



Passo 5 TOMADA DE DECISÃO

- Definir se a política deve ser mantida, reformulada, expandida ou descontinuada a partir das evidências reunidas pela avaliação. A redução das desigualdades deve caminhar junto com a ampliação da qualidade da educação, de modo que os níveis de aprendizagem alcançados sejam **adequados a cada estudante**.
- Revisar e aprimorar a política e/ou sua implementação em caso de continuidade.
- Considerar a necessidade urgente e permanente de combate às desigualdades educacionais, sabendo-se que a busca pela equidade requer ações de efeito imediato e outras de médio e longo prazos – ou seja, para além do tempo de um mandato ou gestão.

Há que se considerar também que os contextos culturais das(os) estudantes podem não ser os mesmos, assim como podem variar suas expectativas em termos de formação.





AS MUITAS FACES DA EQUIDADE NA POLÍTICA EDUCACIONAL

Informação

Manutenção de sistemas de informação capazes de produzir diagnósticos precisos sobre resultados e desigualdade educacional, desagregando os dados de acordo com os diversos marcadores sociais.

Qualidade do atendimento

Garantia de oferta educacional de qualidade para cada estudante no que se refere à infraestrutura das escolas, formação de profissionais, práticas pedagógicas, currículo, materiais didáticos, apoio à aprendizagem, envolvimento das famílias etc.

Gestão para a equidade

Lideranças educacionais que se comprometam e criem condições para que suas equipes implementem políticas com foco na qualidade e na equidade, em estreita colaboração com famílias e comunidades. Planejamento de metas claras para a redução de desigualdades. Gestão democrática da escola para garantir representatividade e corresponsabilização.

Responsabilização

Transparência e publicização dos resultados educacionais para manter todas as pessoas envolvidas informadas. Prestação de contas das ações realizadas e dos recursos utilizados para o fomento da equidade.

Financiamento

Reserva orçamentária e destinação de recursos públicos especiais e/ou adicionais à implementação de políticas que considerem a promoção da equidade na educação, sobretudo para endereçar as especificidades de grupos minorizados.

Participação

Envolvimento e escuta permanentes de representantes de grupos historicamente excluídos que serão atendidos pela política, inclusive organizações da sociedade civil. Valorização da participação popular, bem como dos ativos e saberes do público-alvo, no processo de busca de soluções. Construção de relações de confiança e respeito mútuo entre as partes.

Intencionalidade

Vontade política das lideranças políticas e das(os) gestoras(es) públicas(os), traduzida em políticas de Estado – e não de governo – declaradamente voltadas à redução das desigualdades educacionais.

Reconhecimento, por parte da sociedade, da necessidade de o Brasil investir em ações afirmativas para a educação de indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade.

Intersetorialidade

Criação de políticas educacionais articuladas, notadamente entre múltiplas áreas de governo – como assistência social, saúde, cultura, esporte, transportes, segurança pública e órgãos de defesa de direitos e diversidade –, conforme as necessidades de cada território.

Leis e normativas

Formalização de marcos legais e normas internacionais que orientem e deem sustentação à formulação e à implementação de políticas educacionais com equidade.





Realização



Apoio



NOTAS E AGRADECIMENTOS

Este documento foi produzido a partir da revista **Equidade na Educação** (2022), editada pelo Centro Lemann, em parceria com a Porticus. Sem se pretender exaustivo, ele sintetiza referências e conceitos adotados pelo Centro Lemann em seu trabalho de promover políticas com equidade na educação básica, sempre em diálogo com lideranças educacionais.

A elaboração deste conteúdo também contou com a contribuição voluntária de especialistas entrevistados, que compartilharam suas análises e recomendações. Nossos agradecimentos a André Lázaro e Rogers Mendes.

O Centro Lemann é uma organização independente, apartidária e global, idealizada pela Fundação Lemann e inspirada pelo município de Sobral, no Ceará. Nossa missão é promover aprendizagem com equidade na educação básica, por meio da formação de lideranças educacionais e do fomento à pesquisa aplicada.

Permanecemos abertos para acolher distintos conhecimentos e contribuições para o enfrentamento das desigualdades educacionais no Brasil. Escreva para pesquisa.aplicada@centrolemann.org.br

Julho de 2024

Leia a revista
**Equidade na
Educação:**

